

LUTA E RESISTÊNCIA EM BUSCA DE UM TERRITÓRIO LIVRE DE MINERAÇÃO: UM RELATO SOBRE O ENFRENTAMENTO À MINERAÇÃO DE BAUXITA NA SERRA DO BRIGADEIRO (MG)

Gisele Ferreira de Castro¹

Gustavo Soares Iorio²

Jean Carlos Martins Silva³

Lucas Magno⁴

Luiz Paulo Guimarães de Siqueira⁵

Resumo

O texto busca explorar as relações conflituosas surgidas a partir da tentativa de avanço da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na região, onde predomina a preservação ambiental, o turismo de base comunitária e a agricultura familiar em grande parte comprometida com a agroecologia enquanto projeto de vida. O objetivo é trazer a série de conquistas que a resistência a mineração tem tido na região, graças ao envolvimento das comunidades locais e diversas organizações sociais.

Introdução

Este texto é um relato de uma história de resistência, lutas e conquistas. A trama é protagonizada por mulheres e homens que optaram pelo direito de escolher seu destino. Ela foi construída por agricultores (as), ambientalistas, sindicatos, Organizações Não-governamentais (ONG's) e movimentos populares.

A história se dá em um pedaço de mata atlântica no sudeste de Minas Gerais, onde o relevo de “mar de morros” produz uma beleza cênica sublime e onde a água sempre existiu em fartura. Um lugar em que mulheres e homens foram criados e criaram seus filhos e filhas à base de seu trabalho na terra.

Encrustada no meio desses morros, havia uma “rocha”⁶ a qual moradores mais antigos da região costumavam chamar de “pedra angu”. Para os cientistas e empresários, a

¹ Técnica em Agroecologia e estudante de Geografia na Universidade Federal de Viçosa (UFV), militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração-MAM e membro do Núcleo de Estudos em Agroecologia Puri-NEAP. E-mail: giseleferreiradecastro85@gmail.com.

² Doutor em Geografia, professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa (UFV), coordenador do Laboratório de Estudos em Geopolítica do Capitalismo (LEGEC). E-mail: iorio@ufv.br.

³ Técnico em Meio Ambiente, Gestor Ambiental, graduando em Engenharia Florestal pela UFV e militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). E-mail: jcmsilva00@gmail.com.

⁴ Doutor em Geografia, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) e integrante dos grupos de pesquisa e extensão PoEMAS - Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade, e NEAP - Núcleo de Estudos em Agroecologia Puri. E-mail: lucas.magno@ifsudestemg.edu.br.

⁵ Especialista em estudos latinoamericanos e membro da coordenação nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). E-mail: luizpagsiqueira@gmail.com.

pedra angu chamava-se bauxita, uma referência à localidade de *Les Baux*, na França, onde a rocha foi descoberta pela primeira vez em 1821. A bauxita é um agregado de minérios ricos em alumínio, um elemento químico importante para diversas indústrias no mundo.

Grandes empresas estavam (e estão) interessadas em vender esses alumínios para essas indústrias, mas para isso precisavam remover o solo trabalhado sobre o qual famílias se sustentavam. Aí começa a história que aqui vamos narrar.

A Serra do Brigadeiro

Figura 1 - Porção central da Serra do Brigadeiro com vista para o Pico do Boné, o mais visitado do Parque



Fonte: <https://www.barbacenamais.com.br/politica/20-minas-gerais/5872-governo-investe-na-melhoria-da-infraestrutura-das-unidades-de-conservacao>.

A Serra do Brigadeiro (figura 1) está localizada na porção norte da mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais, mais especificamente, situada na divisa das microrregiões de Viçosa, Muriaé, Manhuaçu e Ponte Nova; abrigando os municípios de Araponga, Divino, Ervália, Muriaé, Fervedouro, Miradouro, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Sericita. Com área total de 2.944 km², representa 8,4% da superfície territorial da Zona da Mata mineira.

Sua formação territorial remonta às populações originárias indígenas, notadamente os Puris, Coroados, Coropós e Botocudos. Com a ascensão da economia do ouro na parte central de Minas Gerais no século XVIII, o que hoje é a Zona da Mata tornou-se um “cordão de isolamento” entre as minas e a Corte, sediada no Rio de Janeiro. Com a crise da economia aurífera, no século XIX, a Zona da Mata converteu-se em fronteira de expansão da economia cafeeira absorvendo a mão de obra liberada das minas. Esta se converte em colonato nas matas, conectando-a ao norte fluminense, onde a cultura predominava (CARNEIRO, 2008).

⁶ Tecnicamente não é uma rocha, e sim um agregado de minerais (Carvalho, 1989). Mas esse debate não vem ao caso.

Entretanto, essa expansão não se deu de forma homogênea. O sul da região integrou-se à monocultura agroexportadora do café, diferentemente do restante da Zona da Mata, especialmente na parcela central, onde está situada a Serra do Brigadeiro. Nesta porção, predominou a agricultura camponesa, de estrutura fundiária mais fragmentada, menos mercantilizada e mais diversificada. As culturas de base camponesa e a pecuária leiteira concorriam na paisagem com as lavouras de café (CARNEIRO, 2008).

Já na segunda metade do século XX, com a crise da economia cafeeira e a ascensão de um modelo de industrialização que galgava os setores de bens intermediários, a cobertura vegetal nativa foi aos poucos sendo substituída pela monocultura de eucalipto, que alimentavam os altos-fornos das siderurgias, notadamente a Belgo-Mineira. Especificamente na Serra do Brigadeiro há um capítulo trágico em 1960 quando a companhia Belgo-Mineira desmatou milhares de hectares de mata atlântica em diversas regiões da serra.

Por sorte ou azar, esta mesma área está incrustada na segunda maior reserva de bauxita do Brasil, conhecida como “veio da bauxita brasileira”, o que acabou por despertar o interesse de grandes empresas de mineração, a exemplo da Norsk Hydro, da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e da Mineração Curimbaba S.A.

Ainda na década de 1980, no final do regime ditatorial (1964-1985), começa a aportar no entorno da Serra do Brigadeiro pesquisas em busca das jazidas desse mineral. De lá para cá, o processo intensificou-se. Primeiro, em decorrência do próprio modelo de desenvolvimento adotado, de cunho neoextrativista (GUDYNAS, 2012), reforçado pelo “boom das commodities” (WANDERLEY, 2017), que predominou no Brasil nas primeiras décadas do século XXI. Em seguida, devido ao esgotamento das jazidas de bauxita e fim das operações da CBA em Itamarati de Minas, onde ela explorava a parcela centro-sul do “veio” desde 1992.

A proposta de extração mineral incorpora a Zona da Mata como um todo aos circuitos mais dinâmicos do capitalismo, seja em escala global, com as reservas da Norsk Hydro, gigante oligopolista do setor de alumínio, quanto nacional, através da CBA, pertencente ao Grupo Votorantim, um dos maiores grupos do capital nacional (IORIO, MAGNO, 2019); e mesmo local, com o grupo Curimbaba, de expressão local/regional.

Desenha-se aí, nesse tempo e nesse espaço, um arranjo geográfico particular, um encontro conflituoso entre uma geografia histórica marcada por camadas sobrepostas de intensa exploração de recursos naturais, estrutura fundiária fragmentada, predomínio de famílias de agricultores(as) de um lado, e uma atividade ainda mais extrativa, conectada aos circuitos superiores do capital, por outro. Nesse contexto, tem destaque os conflitos

envolvendo a CBA e agricultores familiares e suas organizações sociais, que atuam através da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro.

Avanço do capital mineral na Serra do Brigadeiro: onde e como atua a Companhia Brasileira de Alumínio

No Brasil, o setor mineral, particularmente o ligado à cadeia do alumínio, esteve alinhado com a tendência geral da industrialização brasileira. Até 1950 havia somente uma empresa do setor no país, a Elquisa, localizada no município de Ouro Preto-MG. Nesse período, o Brasil experimentava um esgotamento do modelo de substituição de importações e a estratégia adotada diante desse cenário foi assimilar internamente esse segmento com fomento do capital nacional e também do grande capital internacional (MARINI, 2017). Nesse contexto, em 1951 a Elquisa foi adquirida pela transnacional Alcoa, e em 1955 surgia a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) (ALVES, 2011).

A partir da década de 1970, o setor experimentou um ciclo de expansão com o Projeto Bauxita de Trombetas, em Oriximiná-PA [1973], e as *joint ventures* Mineração Rio do Norte (MRN) [1967], Alumínio do Brasil (Albrás) [1975] e Alumínio do Norte (Alunorte) [1976]. Com isso, o eixo de produção da bauxita se desloca da região sudeste do país para a Amazônia oriental, onde atualmente estão as maiores empresas do setor e maiores reservas minerais (COELHO; *et al.*, 2010; IORIO, MAGNO, 2019).

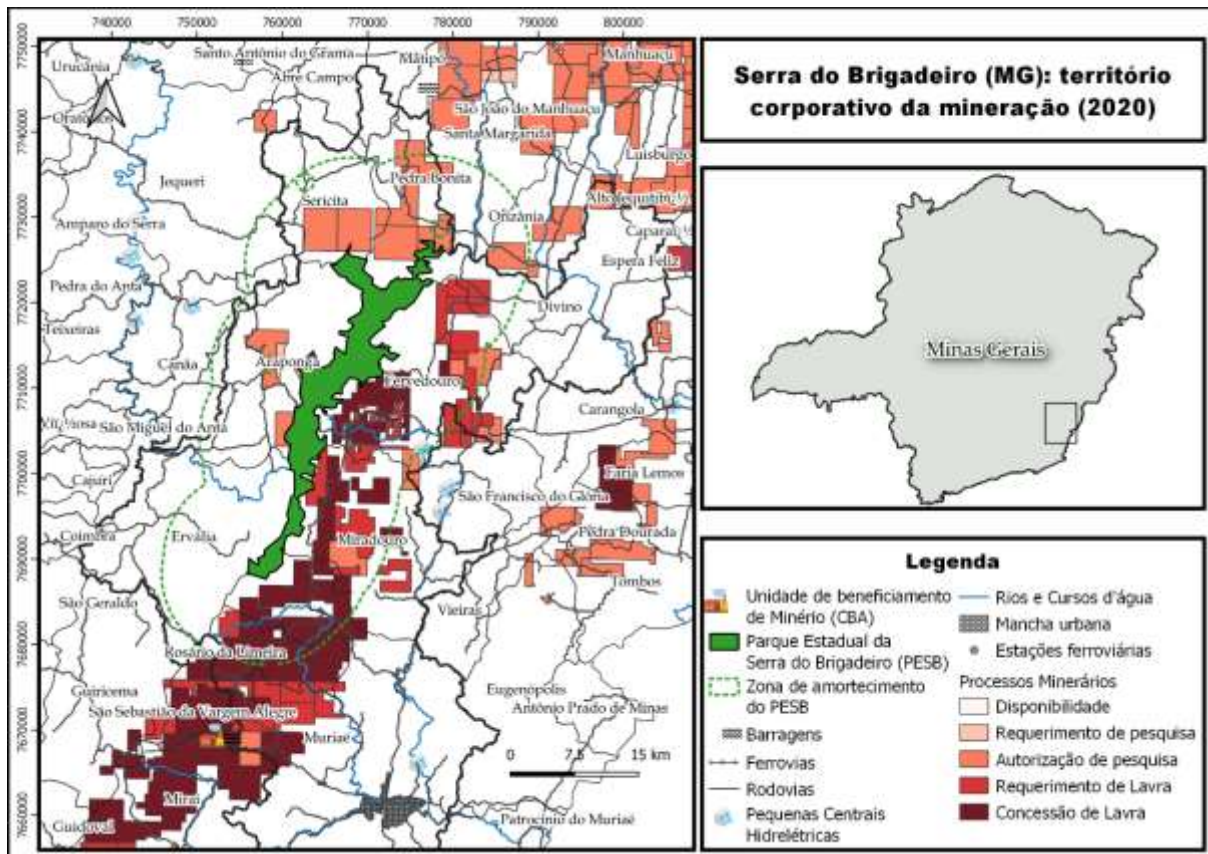
Tratando da CBA e de sua atuação na região sudeste brasileira, Iorio e Magno (2019) argumentaram que o fato de essa empresa estar distante do grande eixo produtivo da bauxita e derivados no Brasil, faz com que sua atuação seja marcada por uma superexploração dos recursos minerais como forma de recuperar a defasagem técnica. Além disso, como sinalizou Ricardo Carvalho, presidente da CBA, há a intenção de a empresa se consolidar nas etapas mais elevadas da cadeia, investindo na expansão da produção de alumínio e transformados: “A ponta final da cadeia do alumínio tornou-se mais importante para a empresa que é nela que está a maior perspectiva de ampliar a capacidade de oferta futura (...)” (VALOR, 2018).

A CBA aponta para a verticalização como vantagem competitiva para crescer nos setores mais rentáveis da produção. E esta verticalização se torna possível pelo controle que a empresa tem sobre a extração da bauxita e a produção de energia (IORIO, MAGNO, 2019). Esse é o ponto importante para o entendimento do sentido da territorialidade da CBA na Serra do Brigadeiro.

O plano de negócios da empresa e toda a sua colocação no mercado depende do controle sobre a extração da bauxita e a produção de energia, dado que a CBA não está no patamar de competitividade em relação às outras empresas que atuam no Brasil; e o controle

sobre estes recursos é fundamental e serve como contrapeso na competitividade, o que, por sua vez, acentua a necessidade de controle territorial sobre os recursos minerais. Esta é a informação básica que anima os objetos instalados no espaço geográfico (ver figura 2) e gera conflitos ambientais na região.

Figura 2. Território corporativo da CBA na Serra do Brigadeiro



Fonte: SIGMine, Ide-Sisema, IBGE. Sistema de Coordenadas: UTM 23s. Sistema de Referências: Sirgas 2000. Organizado por Iorio e Magno (2019).

O controle sobre os recursos minerais requer um domínio absoluto sobre o território, e as estratégias de avanço da atividade mineral da CBA na Serra do Brigadeiro se explica justamente por isso.

A primeira estratégia é a obtenção do direito sobre os processos minerais disponibilizados pelo antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), convertido em Agência Nacional de Mineração (ANM) pela Lei nº 13.575/2017. A CBA é a maior detentora destes projetos num raio de 50km do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), cerca de 62 (31,1% do total).

O primeiro instrumento de controle das jazidas é o acesso às áreas com recursos minerais. Uma vez em posse do direito de exploração mineral, a empresa entra com os trâmites de licenciamento ambiental. Concomitante a isso, para acessar o subsolo, a empresa se vale do expediente do arrendamento:

A Empresa não é proprietária do solo onde situam-se os direitos minerais. Para operar as minas faz acordo com os proprietários, como prevê o Código de Mineração, pagando indenizações e renda por ocupação, além de "royalties" sobre o minério extraído. (CBA/BRANDT, 1995.p.3)

Tanto no processo de licenciamento ambiental, que depende da anuência das prefeituras dos municípios, quanto no acesso às áreas, a empresa precisa, em alguma medida, de um consentimento.

O licenciamento ambiental de empreendimentos minerários da CBA na Serra do Brigadeiro é permeado de controvérsias. Este é o caso, por exemplo, do processo DNPM nº 831108/1982, entre os municípios de São Sebastião da Vargem Alegre e Rosário da Limeira, que obteve licença de operação através do parecer único nº 0539241/2018 (SIAM), com produção bruta estimada em 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) toneladas de bauxita ao ano (10% da capacidade produtiva da usina localizada em Miraf), mas que está localizado numa Área de Preservação Ambiental (APA) municipal e a lei orgânica de Rosário da Limeira proíbe projetos de mineração nestas áreas (IORIO; MAGNO, 2019).

Outra estratégia empregada pela empresa para o controle dos recursos minerais na Serra do Brigadeiro diz respeito a ações de responsabilidade social. Segundo Santos e Milanez (2017, p.12), essa estratégia diz respeito “à influência exercida pelas corporações sobre os padrões emocionais, cognitivos e de agência da sociedade civil, apreendida igualmente a partir de escalas múltiplas e interativas”.

De acordo com Milanez *et. al.* (2018), que analisaram as estratégias corporativas da Vale S.A. mas com as quais podemos fazer um paralelo, as táticas que compõem essa estratégia são delineadas para que possam gerenciar a contestação social, e, entre outras, os autores destacaram ações de: i) responsabilidade social corporativa; ii) culturais; e iii) científicas/educacionais.

Ações de responsabilidade social corporativa dizem respeito à execução de projetos sociais e ambientais (geração de renda, assistência de saúde, doações, etc.) nas comunidades ou municípios nos quais a empresa atua (MILANEZ, *et. al.*; 2018). No caso da CBA, isso pode ser verificado no apoio à realização do Plano Diretor do Município de Muriaé, no qual o Instituto Votorantim figura entre os realizadores e a mineradora como a principal apoiadora; no patrocínio à organização dos Fóruns Regionais de Educação Ambiental (FOREA); e na realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) das comunidades onde a mineradora possui interesse em explorar a bauxita (GUIA MURIAÉ, 2018; ASSEMBLEIA POPULAR..., 2015).

As ações que compõem a estratégia cultural da CBA podem ser verificadas na realização, no município de Rosário da Limeira, da “Vivência Oásis”, na qual foram realizadas ações como, por exemplo, um “show de talentos” e apresentações culturais, e também um mutirão envolvendo alguns moradores da cidade (FOLHA INDEPENDENTE, 2018). Essas ações são, via de regra, realizadas por entidades contratadas pela CBA que tentam construir vínculos com as comunidades sem expor explicitamente o vínculo direto com a mineradora. Dessa forma, a empresa tenta se aproximar dos sujeitos no território sem evidenciar os impactos e contradições do seu projeto. (COMUNICAÇÃO MAM, 2017)

Já as estratégias científicas e educacionais, estas se verificam nas parcerias estabelecidas entre a CBA e o Laboratório de Restauração Florestal da Universidade Federal de Viçosa (UFV), através do financiamento de pesquisa sobre restauração de áreas mineradas pela empresa e sobre conservação dos recursos hídricos em Miraflores-MG, local onde se localiza uma das unidades de produção da CBA e uma fazenda experimental (CONEXÃO MINERAL, 2020).

A empresa tem também ações coordenadas como oficinas e cursos de capacitação para professores da rede pública. Os professores realizam atividades nas dependências da CBA e em seguida são estimulados a replicar os conteúdos trabalhados na sala de aula, ao final da execução das atividades aqueles professores que tiverem melhor desempenho recebem premiações da mineradora (PROJETO DE EDUCAÇÃO..., 2018).

Este conjunto de táticas e estratégias busca a legitimidade da empresa frente aos educadores, cientistas e a sociedade como um todo a partir de ações com públicos não necessariamente impactados pela mineradora, mas com grande potencial de formar um consenso na sociedade em prol de sua imagem e operações (MILANEZ, *et. al.*; 2018).

Assim, poderíamos dizer que as ações de responsabilidade social corporativa, as práticas culturais e as iniciativas científicas/educacionais pretendem garantir a reputação da empresa, tanto no plano local quanto no nacional e internacional. O alvo destas ações são, majoritariamente, comunidades do entorno das operações, mas não apenas. Teriam por objetivo “(...) construir e reproduzir construções valorativas favoráveis às operações extrativas, enfocando predominantemente afetados, movimentos sociais, mídia e cientistas” (SANTOS; MILANEZ, 2017, p. 13).

São justamente sobre as ações de domínio e controle territorial, bem como as de responsabilidade social, que a Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro tem direcionado as suas ações de resistência, como pretendemos descrever na próxima seção.

A organização da luta/resistência à mineração na Serra do Brigadeiro

Para compreender a luta contra a mineração de bauxita e, conseqüentemente, a construção da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro, é preciso ter em mente que, desde a década de 1980, há nesta região do estado de Minas Gerais intensos processos de mobilizações populares, sobretudo, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).

Nesse período, a história da Zona da Mata veio a se juntar com a de outros locais no país que foram palco de um movimento progressista da Igreja Católica, que teve como base a Teologia da Libertação. Inspirados por esta ideologia, entidades do campo ligadas à igreja iniciaram um trabalho de organização de populações rurais através da formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (BARBOSA, 2005).

As CEBs foram criadas na Zona da Mata para estimular a participação dos fiéis na condução de ações coletivas visando garantia de direitos de trabalhadores do campo em situação de subordinação econômica e social. Elas abraçavam causas populares e se envolviam em outras atividades comunitárias, desde religiosas até às relativas à comercialização, saúde, política, educação e lazer (BARBOSA, 2005).

E foi a partir desta organização inicial que se constituiu as bases para o surgimento, através da concepção de oposição sindical, dos STRs na Zona da Mata mineira, que passaram a atuar com questões trabalhistas nos anos de 1980 e 1990. Os STRs dos municípios que fazem parte da Serra do Brigadeiro foram criados a partir de lideranças que também participavam das CEBs, e de início foram impulsionados por representantes da Igreja Católica que trabalhavam na CPT naquele período, mais especificamente, nos municípios de Muriaé e Barão de Monte Alto.

No contexto de redemocratização, esses sindicatos assumiram uma postura crítica diante das posições da estrutura sindical corporativa já existente, ligada aos grandes proprietários, e também diante de algumas questões sociais regionais⁷. Na década de 1990 os STRs se inseriram em articulações mais amplas como, por exemplo, com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), ampliando o diálogo

⁷ De acordo com Barbosa (2005), apesar do movimento sindical de trabalhadores rurais em Minas Gerais ser relativamente antigo, na Zona da Mata mineira, até 1985, nenhum município dos hoje abrangidos pela articulação sindical tinha STR organizado. Já os Sindicatos Rurais Patronais têm existência mais antiga, mantendo durante muitos anos filiação de trabalhadores rurais em função de terem sido responsáveis pela tramitação da previdência social no período pós 1964.

e a abrangência das questões por eles tratadas, passando a englobar, além das questões trabalhistas, problemas ambientais, sociais e políticos regionais (BARBOSA, 2005).

Um evento que merece destaque no entorno da Serra e que contou com substancial participação dos STRs na sua problematização, e que, a nosso ver, também é essencial para compreender a articulação em defesa de um modo de vida ligado à agricultura familiar. Trata-se da proposta de construção de uma Unidade de Conservação (UC) na região, qual seja, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB).

O processo de ocupação da Serra do Brigadeiro, da exploração inicial pelos bandeirantes no século XVIII, passando pela exploração da Belgo Mineira à agropecuária dos dias atuais, resultou no suprimimento de grande parte da vegetação original. Essas atividades, em maior ou menor grau, praticamente devastaram a vegetação original e levantou uma problemática ambiental entre os moradores a respeito da necessidade de preservação das matas que ainda existiam. Na década de 1970, essa problemática levou a uma incipiente mobilização social da população da Serra, principalmente de agricultores ligados aos STRs, que, ao lado de pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV) que realizavam estudos sobre a importância da vegetação na Serra, demandaram do estado de Minas Gerais a elaboração de instrumentos legais de proteção ambiental para aquela região (VITARELLI, 2005).

A mobilização social dos agricultores e a construção de estudos técnicos resultaram, em 1988, na publicação pelo governo do estado de Minas Gerais da Lei nº 9.655, que dispunha sobre a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) no local a partir de uma cota altimétrica de 1.000 m. Após a publicação dessa lei o Instituto Estadual de Florestas (IEF) iniciou os levantamentos fauno-florísticos para a efetiva implementação do PESB. Contudo, a proposta de criação de uma UC nessa região de Minas Gerais não se dava em um vazio demográfico e econômico. Ou seja, a maioria dos municípios que fazem parte daquele conjunto serrano residem em áreas com altitude superior a 1.000m e têm como característica marcante a população rural maior que a urbana, além da agricultura de base familiar como carro-chefe da economia (BARBOSA, 2005). A criação do PESB, portanto, interferiria profundamente na dinâmica socioeconômica regional, o que acabou gerando conflitos.

Diante desse problema, grande número de agricultores que tinham propriedades acima da cota estipulada pelo IEF e seriam atingidos com a implementação do PESB, em conjunto com a população residente em diversos povoados e sedes municipais, deram início a um intenso processo de mobilização política e social. Um ciclo de debates a respeito da

implementação do PESB, que foi liderado pelos STRs dos municípios de Miradouro, Araponga, Ervália, Sericita, Pedra Bonita, Fervedouro, Muriaé, Rosário da Limeira e Divino, começou a incidir em órgãos de pesquisa e extensão rural (BARBOSA, 2005; BONFIM, 2006).

Como resultado deste processo de mobilização o PESB foi implementado em 1996, com área total de pouco mais de 13.000 hectares, sendo considerado a primeira UC criada de forma participativa em Minas Gerais. Isto é, nessa nova configuração do PESB foi respeitado o debate público promovido fundamentalmente pelos STRs e apoiado por instituições de ensino, pesquisa e extensão da região e também por outras organizações sociais, e a demarcação da UC acima da cota de 1.000 metros de altitude foi descartada, garantindo a permanência dos agricultores nas proximidades da mata em regeneração.

A organização da população para participar da criação e gestão de uma UC, em momento posterior, influenciou o direcionamento de uma política pública para a agricultura familiar residente no entorno do PESB. Isto é, tomando como referência a luta em favor de um modo de vida rural, em 2003 estudos do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) indicaram que a Serra do Brigadeiro possuía características que favoreciam sua inclusão em uma política pública de desenvolvimento rural, qual seja: o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Esta política, quando implementada em 2004, passou a considerar o Território da Serra do Brigadeiro (TSB) como uma das áreas de abrangência da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA).

A SDT e o PRONAT, ao apresentarem os objetivos que levaram em consideração para a criação dos “territórios rurais” no país e, dentre eles, para a criação do TSB, destacaram que aquele território possuía: i) a concentração de agricultores familiares em determinada área; ii) iniciativas institucionais que objetivam o desenvolvimento sustentável e dos níveis de qualidade de vida da população rural; iii) trabalhadores rurais mobilizados; e iv) identidade cultural ligada à conservação ambiental. Fernandes, Fiúza e Rothman (2007), que estudaram o processo de criação do TSB, afirmaram que, desde a década de 1980, as mobilizações sociais dos agricultores através dos sindicatos e, posteriormente, na construção do PESB favorecerem a elaboração de projetos voltados a um modelo diferente de desenvolvimento baseado nos princípios da agricultura sustentável e podem ser considerados os elementos principais que incidiram na criação do TSB e sua inclusão no PRONAT. Ou seja, o processo participativo de implementação de uma UC conduzido pelos STRs forjou uma dinâmica que proporcionou as discussões sobre gestão de uma política pública e abriu caminhos para ampliação das discussões sobre o desenvolvimento rural dos municípios que passaram a compor o TSB.

Assim, desde a criação do TSB, agricultores, extensionistas rurais, pesquisadores e diversos profissionais ligados a instituições públicas de pesquisa e extensão rural da Zona da Mata mineira têm debatido estratégias de desenvolvimento sustentável para o entorno do PESB. Nesse contexto, foram definidos os seguintes eixos estratégicos para alavancar o desenvolvimento territorial dos municípios: i) diversificação produtiva da agricultura familiar; ii) agroindústria familiar e artesanato; iii) preservação e recuperação do meio ambiente; e iv) turismo rural e cultura. Tais ações contemplam aproximadamente 15 mil agricultores familiares na região, conforme indicou o Plano Safra Territorial (FERNANDES; FIUZA; ROTHMAN, 2007).

E é justamente nesse contexto que devemos compreender a emergência dos conflitos ambientais envolvendo atividades de mineração na Serra. Desconhecendo ou desconsiderando todo esse processo de formação histórica e espacial da Serra do Brigadeiro, a CBA inicia suas investidas para expandir seus empreendimentos minerários na região. É importante destacar que desde a década de 1950 a CBA vinha promovendo uma série de pesquisas minerais e estudos em todo o país a fim de encontrar novas reservas de bauxita para aumentar sua produção, mas foi na década de 1980 que a empresa intensificou suas pesquisas na Zona da Mata mineira.

A expansão da atividade de mineração da CBA na região continuou a todo vapor na década de 2000, quando, a partir de novas pesquisas minerárias, foram descobertas importantes jazidas de bauxita no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, especialmente em sua zona de amortecimento. Essa descoberta fez com que a CBA solicitasse nova autorização de lavra aos órgãos ambientais para expandir suas operações para outros municípios.

Foi a partir dessa nova investida da empresa que as organizações sociais tiveram conhecimento dos planos da mineradora para a Serra, e marcou o início dos conflitos ambientais na região. Ou seja, se, por um lado, havia na Serra um projeto previamente definido com as organizações sociais e instituições atuantes na região e que estava ligado ao fortalecimento da agricultura familiar, por outro lado, também se estruturava uma proposta de desenvolvimento, baseada na extração de recursos minerais e encabeçada por empresas mineradoras.

Dado os diferentes projetos de desenvolvimento, inúmeros conflitos ambientais emergiram entre, de um lado, a CBA e organizações contratadas por ela para convencimento da população local em relação aos benefícios da atividade de mineração, e, por outro lado, agricultores familiares organizados ou não organizados, mas que querem manter as propostas

de desenvolvimento rural por eles construídas de forma participativa desde o início da década de 2000. A construção inicial da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro, portanto, teve início nesse contexto de disputas.

Para melhor visualizar temporalmente os embates que têm ocorrido desde então, construímos a síntese apresentada no quadro 1, referente aos acontecimentos ligados à mineração e à resistência a tais empreendimentos entre os anos 2000 e 2019. Ela foi feita a partir de análises documentais de materiais e relatórios produzidos pelas organizações sociais que realizam as ações coletivas de enfrentamento à mineração.

A partir da leitura desse quadro, pode-se perceber que foi no ano 2000 que a CBA iniciou novas investidas para pesquisa mineral na região e que havia um desconhecimento das mesmas por parte dos agricultores, conforme já destacada. Somente nos anos de 2002 e 2003, através de um trabalho informativo dos STRs é que a população, especialmente a rural, toma conhecimento dos planos da mineradora para a região e começa a se organizar para demandar informações técnicas dos órgãos ambientais municipais e estaduais. Ainda no ano de 2003, após realização de audiência pública com a Superintendência Regional do Meio Ambiente Zona da Mata (SUPRAM-ZM), é que os agricultores descobrem a real situação referente à expansão da mineração na região e iniciam intensa mobilização contrária às ações da CBA.

Nesse contexto, em 2004, foi criada a Comissão Regional dos Atingidos por Mineração da Zona da Mata Mineira e realizada diversas oficinas e troca de experiências entre atingidos de outros municípios a fim de ampliar as ações de resistência à expansão da mineração no entorno do PESB.

Posteriormente, nos anos de 2006, 2007 e 2008, após dois rompimentos de barragens de rejeitos de minério de bauxita na região, houve ações mais intensas de enfrentamento da mineração através de ocupações de rodovias federais e do escritório da CBA, além da realização de uma Audiência Pública na ALMG, em Belo Horizonte, para debater ações emergenciais para conter os impactos socioambientais da mineração na Serra do Brigadeiro.

Depois dessas ações, os agricultores ameaçados pela atividade minerária na Zona da Mata intensificam a mobilização social e política, realizando levantamento socioeconômico dos atingidos, encontros regionais e manifestações contra a construção de novas barragens de rejeito no entorno do PESB. Nesse contexto, em 2011, eles constroem uma organização política mais ampla para combater o avanço da mineração, qual seja, o Fórum Permanente em Defesa da Vida e do Meio Ambiente, cujo objetivo foi o de construir ações políticas para impedir novas investidas da CBA; e em 2012 foi realizado o I Encontro das Redes de

Resistência Regional à Mineração na Zona da Mata, envolvendo, além da Serra do Brigadeiro, representantes da Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous (MAGNO, 2017).

Tais ações de enfrentamento da população atingida tiveram resultados positivos. Entre 2011 e 2015 a empresa não realizou novas investidas na região, e as ações da Comissão de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro passaram a articular outras iniciativas, tais como ações articuladas com o movimento agroecológico e de mobilização social, com o apoio do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). A chegada do MAM intensificou a realização de audiências públicas, assembleias populares e intervenções sociais e culturais em diversos espaços, institucionais ou não institucionais (MAGNO, *et. al.*, 2017).

Quadro 1. Síntese das principais ações de resistência à mineração na Serra do Brigadeiro, 2003 – 2019.

| Ano | Município(s) | Ação | Objetivos |
|------|--|--|--|
| 2003 | Muriaé | Participação e intervenção na audiência pública a respeito da mineração na Serra | <ul style="list-style-type: none"> • Questionar o processo e invalidar a audiência pública sem participação popular. |
| | Muriaé, Miradouro, Rosário da Limeira, Fervedouro, Divino e Araponga | Reação de lideranças sociais e da igreja diante da pretensão da CBA na região e intensa mobilização de resistência | <ul style="list-style-type: none"> • Buscar informações sobre o projeto da CBA; • Questionar o projeto de morte da CBA; • Informar as comunidades sobre o projeto e fazer o debate político para mobilizar os agricultores. |
| 2004 | Muriaé | Criação da Comissão Regional dos Atingidos por Mineração da Zona da Mata. | <ul style="list-style-type: none"> • Articular e fortalecer a luta e resistência contra a mineração. |
| | Itamarati de Minas | Ocupação no canteiro de obras da CBA | <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as áreas mineradas e perceber os seus impactos socioambientais. |
| | Rosário da Limeira | Realização de audiência pública com a Superintendência Regional de Meio Ambiente de Minas Gerais (SUPRAM) | <ul style="list-style-type: none"> • Questionar o processo de licenciamento ambiental • Buscar informação e esclarecimentos sobre mineração na Zona da Mata. |
| 2005 | Rosário da Limeira | Audiência pública com a ALMG com as Comissões de Participação Popular e de Direitos Humanos | <ul style="list-style-type: none"> • Debater sobre as consequências da mineração na Zona da Mata. |
| 2008 | Muriaé | Mobilização popular na BR 356 | <ul style="list-style-type: none"> • Cobrar providências do poder público e da empresa sobre os Impactos da lama no rio Muriaé e nas ruas dos bairros atingidos com o rompimento da barragem em Mirai em 2007. |
| | Belo Horizonte | Audiência pública com o Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) | <ul style="list-style-type: none"> • Debater sobre os impactos da atividade de mineração para a agricultura familiar. |

| | | | |
|------|--|---|---|
| 2010 | Muriaé, Miradouro, Rosário da Limeira | Gravação e edição do vídeo "Projeto de Vida e Projeto de Morte" | <ul style="list-style-type: none"> • Protagonismo das comunidades e lideranças atingidas; • Alertar sobre a ameaça para região, em especial para a Agricultura Familiar e gerações futuras. |
| 2011 | Muriaé, Miradouro, Rosário da Limeira | Construção do Fórum Permanente em Defesa da Vida e do Meio Ambiente. | <ul style="list-style-type: none"> • Construir ações políticas para impedir novas investidas da CBA no território da Serra do Brigadeiro. |
| 2012 | Miradouro | I Encontro das Redes de Resistências Regional contra a mineração | <ul style="list-style-type: none"> • Linha do tempo, fazer memória das lutas e pensar estratégias coletivas futuras integrando a luta contra a mineração na Serra do Brigadeiro e a luta contra o mineroduto na região de Viçosa-MG. |
| 2015 | Muriaé (Belisário) | Realização da I Caminhada Ecológica e em defesa das águas | <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização para fortalecimento da luta e resistência. |
| | Muriaé, Miradouro e Rosário da Limeira | Chegada do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, (MAM) | <ul style="list-style-type: none"> • Somar na construção das lutas de enfrentamento e resistência à mineração na região. |
| 2016 | Muriaé (Belisário) | Realização da II Caminhada em Defesa das Águas | <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização para fortalecimento da luta e resistência. |
| | Miradouro | Participação no Fórum Regional de Educação Ambiental (FOREA) | <ul style="list-style-type: none"> • Manifestar repúdio à mineração na Serra do Brigadeiro. |
| | Muriaé (Belisário) | Realização do Ato "Mineração Aqui Não! " | <ul style="list-style-type: none"> • Manifestação pública contra mineração no entorno da Serra do Brigadeiro |
| | Muriaé (Belisário) | Ações em resposta à ameaça de morte sofrida pelo Frei Gilberto Teixeira, integrante da Comissão | <ul style="list-style-type: none"> • Dar visibilidade à ameaça, garantir a segurança pessoal do Frei e dos demais integrantes da luta e acionar os meios legais. |
| | Muriaé (Belisário) | Realização da III Caminhada em Defesa das Águas | <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização para fortalecimento da luta e resistência. |
| | Muriaé (Belisário) | Audiência com Secretário Estadual de Direitos Humanos, | <ul style="list-style-type: none"> • Averiguar situação de violações de direitos humanos pela mineradora. |

| | | | |
|------|--|---|---|
| 2017 | | prefeito e vereadores de Muriaé | |
| | Muriaé, Miradouro e Rosário da Limeira | Acolhida do Intercâmbio de militantes do MAM | <ul style="list-style-type: none"> • Articulação, trocas de experiências e fortalecimento da luta regional. |
| | | Assembleias Populares | <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização, articulação para o fortalecimento da luta e esclarecimentos sobre os reais impactos da mineração. |
| | | Celebração Diocesana da Missa da Unidade e dos Santos Óleos em Belisário | <ul style="list-style-type: none"> • Apoio do Bispo e Diocese de Leopoldina em solidariedade ao Frei Gilberto que foi ameaçado de morte. |
| | Muriaé (Belisário) | Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais realiza audiência pública | <ul style="list-style-type: none"> • Dar visibilidade à luta, mobilizar as comunidades e solidarizar com o Frei Gilberto; • Apresentar demandas de segurança aos defensores dos direitos humanos na região; • Debater a necessidade de impedir o avanço da mineração na Serra do Brigadeiro. |
| | Miradouro | Formação de jovens para a atuação na resistência | <ul style="list-style-type: none"> • Parceria entre Comissão de Enfrentamento à Mineração, MAM, Núcleo de Estudos em Agroecologia Puri (NEAP) e paróquia de Miradouro para formar um grupo de jovens para atuar nas lutas regionais. |
| | Rosário da Limeira | Intervenção artística da Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração no evento da CBA “Vivência Oásis” | <ul style="list-style-type: none"> • Mostrar nosso repúdio às novas ações da CBA (táticas culturais) na região e dizer “Mineração Aqui Não”. |
| | Muriaé | Audiência pública na Câmara Municipal | <ul style="list-style-type: none"> • Debater os impactos da mineração e demandar providências em relação ao avanço da atividade no município. |
| | Miradouro | Audiência pública na Câmara Municipal | <ul style="list-style-type: none"> • Debater os impactos da mineração e demandar providências em relação ao avanço da atividade no município. |

| | | | |
|------|---|---|---|
| | Rosário da Limeira | Ato Político-Cultural | <ul style="list-style-type: none"> • Dar visibilidade à luta no município através de apresentações culturais de artistas populares. |
| 2018 | Geral | Definição do Território de Atuação da Comissão | <ul style="list-style-type: none"> • Definição da abrangência de atuação da Comissão em nove municípios do território. |
| | Muriaé (Belisário) | Realização da IV Caminhada em Defesa das Águas | <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização para fortalecimento da luta e resistência. |
| | Muriaé | I Encontro de “Jovens Que Ousam Lutar” | <ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar e organizar a juventude da região. |
| | Muriaé (Belisário) | Realização do Curso de Plantadores/as de Águas | <ul style="list-style-type: none"> • Disseminar conjunto de práticas de conservação de solo e de água denominadas “Plantio de Água” na região. |
| | Rosário da Limeira | Mobilização popular para Audiência Pública na Câmara | <ul style="list-style-type: none"> • Pressionar os vereadores para fazer moção de repúdio aos avanços da mineração no município |
| | Muriaé, Miradouro, Fervedouro, Araponga, Ervália e Rosário da Limeira | I caminhada Franciscana no entorno da Serra do Brigadeiro (Sul). | <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar o debate em defesa da vida e do meio ambiente, conhecer, valorizar e defender nosso território. |
| | Miradouro | II Encontro de “Jovens Que Ousam Lutar” | <ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar e organizar a juventude da região |
| | Muriaé | Lei tornando Belisário como Patrimônio Hídrico Municipal | <ul style="list-style-type: none"> • Tornar o distrito de Belisário patrimônio hídrico de Muriaé garantindo sua preservação. |
| | Muriaé | III Encontro de “Jovens Que Ousam Lutar” | <ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar e organizar a juventude da região |
| | Muriaé, Rosário da Limeira | Realização da Cartografia Social nas comunidades | <ul style="list-style-type: none"> • Construir coletivamente mapa social de anúncios e denúncias do território. |
| 2019 | Muriaé | Ajuizamento de Ação Civil Pública contra licenciamento ambiental irregular da CBA | <ul style="list-style-type: none"> • Garantir o cumprimento da lei municipal de Rosário da Limeira que não permite mineração em APA. |
| | Muriaé (Belisário) | I Semana em Defesa das Águas Fórum das Águas e | <ul style="list-style-type: none"> • Debater a defesa das águas, um tema que é de grande interesse e agrega forças. |

| | | |
|--|--|---|
| | V Caminhada das Águas | <ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar em torno da ecologia integral, e a religiosidade. |
| Rosário da Limeira | Ato “Dia Internacional da Mãe Terra” | <ul style="list-style-type: none"> • Memória e fortalecimento da luta. |
| Miradouro, São Sebastião da Vargem Alegre | Intercâmbio da Juventude em Área Minerada | <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a visão crítica da juventude em relação à mineração. |
| Muriaé, Rosário da Limeira | Realização da Cartografia Social nas comunidades | <ul style="list-style-type: none"> • Construir coletivamente mapa social de anúncios e denúncias do território. |
| Fervedouro, Divino, Pedra Bonita, Sericita e Araponga. | II Caminhada Franciscana no entorno do parque (Norte). | <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar o debate em defesa da vida e do meio ambiente, conhecer, valorizar e defender nosso território. |
| Geral | Mudança da logomarca da Comissão para incluir mais dois picos da Serra | <ul style="list-style-type: none"> • Logomarca ser mais representativa da Serra e possibilitar identidade do povo dos novos municípios que se juntam à comissão. |
| Muriaé | Acolhimento do Seminário Nacional: “Diversas Formas de Dizer Não” | <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da luta regional, trocas de experiências a partir das vivências nas comunidades em nível nacional e debate sobre a luta por Territórios Livres de Mineração. |
| Rosário da Limeira e Miradouro | Assembleias Populares da Mineração | <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da luta regional e trocas de experiências a partir das vivências nas comunidades |
| Muriaé (Belisário) | Audiência Pública | <ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar a comunidade e debater impactos da mineração de granito verde no distrito. Rechaçar qualquer mineração. |
| Belo Horizonte | Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da ALMG | <ul style="list-style-type: none"> • Debater a violência da mineração no território da Serra do Brigadeiro e a importância de mecanismo que torne a região um Território Livre de Mineração. |
| Muriaé | Articulação e mobilização junto à Câmara Municipal para debater o Plano Diretor de Muriaé. | <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a resistência contra a mineração e estabelecer áreas livres de mineração no município. |

Assim, entre 2015 e 2018, especialmente após a ameaça de morte sofrida por uma liderança religiosa em Muriaé e que participa nas ações de resistência à mineração na Serra, houve a intensificação das ações de enfrentamento à mineração na região, fortalecendo uma agenda propositiva de luta, inclusive demandando instrumentos legais de preservação de áreas estratégicas, a exemplo da Lei Municipal que tornou o distrito de Belisário Patrimônio Hídrico de Muriaé. Isso, com efeito, levou ao reconhecimento da luta regional como uma experiência exitosa, fazendo com que um seminário nacional denominado “Diferentes Formas de Dizer Não: Experiências de Proibição, Resistência e Restrição à Mineração” fosse organizado em Muriaé no ano de 2019, trazendo para a região mais de 100 atingidos por empreendimentos minerários de 14 estados do país.

No entanto, em que pese o sucesso da resistência à mineração alcançada até o momento, as organizações sociais também se deparam com alguns desafios. Face à organização da resistência, a empresa mineradora mudou sua estratégia e investiu na contratação de pessoas do local para atuarem nas suas plantas industriais. Milhares de contratações de trabalhadores em Mirai, Miradouro e Muriaé foram realizadas. Além desse desafio, outros também foram evidenciados como: i) ampliar a visão de resistência para outras gerações e para a cidade; ii) entender o projeto complexo minerário industrial como um todo; iii) ampliar a articulação regional; iv) reconstruir o trabalho de base nas comunidades rurais; v) construir uma agenda em comum no âmbito regional; vi) organização das comunidades; vii) considerar pontos ou lugares estratégicos de mobilização, no campo e nas cidades; viii) conscientizar a população urbana dos problemas socioambientais da mineração na região; ix) construir conhecimentos a partir das nossas perspectivas, estratégias e alternativas para o povo.

Embora os desafios sejam ameaças constantes à vida das comunidades rurais da Zona da Mata minera, a população segue firme no seu projeto de resistência à mineração, principalmente após a visibilidade internacional que as tragédias ocorridas nos municípios de Mariana-MG e Brumadinho-MG ganharam. Isso, em conjunto com o legado deixado pelo seminário “Diferentes Formas de Dizer Não”, certa maneira, animou novo debate na Serra, qual seja, o referente à necessidade de demarcação da região como um território livre de mineração.

Apontamos para um debate sobre território livre de mineração na Serra do Brigadeiro

Dada a relevância ecológica, social e produtiva da região da Serra do Brigadeiro, é impensável conceber a permissão do pacote de externalidades inerentes ao processo de

extração mineral. Como já colocado, a dinâmica socioprodutiva desse território bem como a preservação de sua biodiversidade não podem ser, em nenhuma medida, conciliadas com a atividade mineral. Não sendo possível tal conciliação, é fato que um dos lados desaparecerá no conflito.

Assim, com estabelecimento da mineração nesse território, o que está colocado é a substituição da agricultura familiar, integrada cultural e ecologicamente, que gera empregos e distribui renda além de contribuir para fixar a população no campo; por outra que, ao contrário, produz o atraso ao impossibilitar outras formas de produção, concentrando renda e alterando de maneira drástica e irreversível, em escala humana, o ambiente e a paisagem.

Com isso, a luta de mais de 16 anos do povo da Serra do Brigadeiro converge para o esforço de elaboração que vem sendo feito pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, sobre a necessidade do estabelecimento de territórios livres da atividade mineral como forma de garantir a preservação de territórios tradicionais e ecologicamente essenciais.

Esse conceito ganha expressão no cenário nacional a partir de 2013, no bojo do debate sobre o novo Marco Regulatório da Mineração, elaborado pelo governo federal cujo o objetivo era alterar um conjunto de medidas na regulamentação do setor mineral. As centenas de organizações sociais que se juntaram nacionalmente para debater criticamente e fazer frente à proposta apresentam um conjunto de sete mudanças fundamentais que deveriam ocorrer no modelo mineral brasileiro e, portanto, serem contemplados num eventual novo Marco Regulatório.

Um desses pontos era justamente a necessidade de estabelecer critérios específicos ou características dos mais diversos âmbitos que condicionariam determinados territórios à proibição da exploração mineral, visando a proteção da sua biodiversidade e a manutenção das dinâmicas socioprodutivas tradicionais.

Instituir territórios livres de mineração significa dizer sim às múltiplas potências e alternativas de produção e diversidade sociocultural, aos ecossistemas e a biodiversidade. Significa garantir água, alimento, terra, território e florestas que geram benefícios para além das fronteiras territoriais das comunidades e sujeitos que produzem e preservam esses bens comuns. Significa, ainda, dizer não à lógica de dependência econômica que a mineração impõe aos municípios minerados, ante a finitude dos minérios e a permanência dos passivos e contaminações, para dizer sim a outras atividades econômicas que sejam socialmente justas e ambientalmente sustentáveis, como a agricultura familiar, a agroecologia, o turismo de base

comunitária e ecológica, o agroextrativismo e os modos tradicionais de trabalhar, produzir e viver dos povos e comunidades, capazes de garantir a soberania e segurança alimentar.

Nesse longo caminho percorrido pelo povo organizado no campo e na cidade no território da Serra do Brigadeiro muitas vitórias foram alcançadas, como exemplo podemos citar: i) a aprovação da Lei de Patrimônio Hídrico de Muriaé, que reconhece o distrito de Belisário como região de grande importância hídrica e que deve ser preservada; ii) a aprovação do novo Plano Diretor de Muriaé que cria uma Macrozona Ambiental Sustentável (MAS) que proíbe a atividade mineral em boa parte do município; iii) a criação da APA de Miradouro e a proibição, na lei orgânica municipal, da extração mineral em APA's; iv) a lei de criação do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata, reconhecimento por parte do Estado de Minas Gerais de que essa região possui características geomorfológicas, hídricas, culturais, sociais e de relações de produção agrícola diferenciadas e por isso necessita investimento no sentido da preservação.

O grito de milhares de pessoas ao longo do território da Serra do Brigadeiro é "Mineração? Aqui Não!". No fundo, a questão colocada é que aqui a maior riqueza não é o minério, e sim a fauna, a flora, a riqueza hídrica e o modo de vida e de expressão cultural desse povo. Estão dizendo ao estado brasileiro da necessidade de haver áreas demarcadas como Territórios Livres de Mineração. Essa tem sido a luta. Porém, não basta apenas dizer o que não querem, precisam também dizer o que querem para o seu território. Quais políticas públicas necessárias em cada setor capazes de dinamizar a economia, de impulsionar a geração de renda, geração de empregos e de ampliação da produção agrícola já existente.

Considerações finais

Durante os mais de 16 de anos de organização, formação e luta de resistência à mineração e em defesa de seu território, o povo da Serra da Brigadeiro escreve um novo capítulo da história dessa região. Capítulo marcado pelo protagonismo popular na construção de um novo futuro possível diferente daquele imposto pelo capital mineral a outros territórios. As tantas potências ecológicas, socioculturais e produtivas dessas comunidades resistem, apesar de tudo, e vão se renovando e se reinventando no próprio processo de resistência.

Que o exemplo desse povo insistente se espalhe pelos tantos territórios ameaçados pela mineração Brasil afora e sirva de semente crioula para a construção de processos de resistência, organizativos e de lutas contra o avanço da lógica destrutiva do capital mineral. Que ele, mesmo que tímido, sirva de farol para o país traçar um novo caminho em relação à proteção dos seus bens naturais, que são, ao fim e ao cabo, patrimônios do povo!

Referências

ALVES, C. G. de S. M. **Análise comparativa dos impactos ambientais e dos aspectos tecnológicos da produção de alumínio primário em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental), Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto-MG, 2011.

ASSEMBLEIA POPULAR DEBATE IMPACTOS DA MINERAÇÃO NO ENTORNO DA SERRA DO BRIGADEIRO. Campanha pelas águas e contra o mineroduto da ferrovia, 2015. Disponível em: <http://campanhapelasaguas.blogspot.com/2015/10/assembleia-popular-debate-impactos-da.html>. Acesso em 01/06/2020.

BARBOSA, W. A. **Cultura Puri e educação popular no município de Araponga-MG: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2005.

BONFIM, V. R. **Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. Tese (Doutorado em Ciência Florestal), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2006.

CARNEIRO, P.A.S. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. 276f..

CARVALHO, A. **A bauxita no Brasil: síntese de um programa de pesquisa**. Livre-Docência (Geologia). Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989. 134f.

COELHO, M. C.; ABREU, M ; CUNHA, L. ; WANDERLEY, L. J. M. . Mineração de bauxita, industrialização de alumínio e territórios na Amazônia. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 311-350.

COMUNICAÇÃO MAM. CBA e Grupo Votorantim atuam para enganar comunidades na Serra do Brigadeiro, 2017. Disponível em: <http://mamnacional.org.br/2017/06/25/cba-e-grupo-votorantim-atuam-para-enganar-comunidades-na-serra-do-brigadeiro/>. Acesso em 01/06/2020.

CONEXÃO MINERAL. CBA e UFV realizam estudos sobre conservação hídrica em Mirai-MG. 2020. Disponível em <http://www.conexaomineral.com.br/noticia/1579/cba-e-ufv-realizam-estudos-sobre-conservacao-hidrica-em-mirai-mg.html>). Acesso em 17/06/2020.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO. **Relatório Anual. 2018**. Disponível em http://www.cba.com.br/RelatorioAnual2018/CBA_RA18.pdf. Acesso em 10/10/2019.

FERNANDES, M. L. D; FIUZA, A. L. C; ROTHMAM, F. D. Territorios y procesos de construcción social en la Sierra de Brigadeiro, Minas Gerais. In: BENGGOA, J. (Org.). **Territorios rurales: movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina**. Santiago do Chile: Catalonia, 2007. p. 561-595

FOLHA INDEPENDENTE. Votorantim realiza vivência oásis em Rosário da Limeira. 2018. Disponível em <https://folhaindependente.com/grupo-votorantim-realiza-vivencia-oasis-em-rosario-da-limeira/>). Acesso em 17/06/2020.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. In:

Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012. p.303-318.

GUIA MURIAÉ. Rosário da Limeira sedia seminário que discute a educação ambiental na região, 2018. Disponível em: <https://www.guiamuriae.com.br/noticias/regiao/rosario-da-limeira-sedia-seminario-que-discute-a-educacao-ambiental-na-regiao/> . Acesso em: 01/06/2020.

HENDERSON, J. (et.al.). Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.8, nº15, p. 143-170, jan./jun. 2011. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/590>. Acessado em 10/10/2019.

IORIO, G. S; MAGNO, L. O território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**. V.8, n.2, 2019. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/08/Iorio-2019-O-territ%C3%B3rio-corporativo-da-minera%C3%A7%C3%A3o-na-serra-do-brigadeiro.pdf>. Acessado em 17 de junho de 2020.

MAGNO, L. **Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil: teorias, escalas e estratégias**. Tese (Doutorado em Geografia). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/mineracaoag/>. Acessado em 17 de junho de 2020.

MAGNO, L; SIQUEIRA, L. P. G.; DELESPOSTE, A. G. “Mineração? Aqui não!?”: a construção da resistência à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Curitiba-PR, **Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 2017. Disponível em <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/rgpaluminio/>. Acessado em 17 de junho de 2017.

MARINI, R.M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 6ª ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MILANEZ, B. *et al.* **A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas**. Versos – Textos para Discussão PoEMAS, 2(2), 2018. Disponível em <http://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Milanez-2018-A-Estrat%C3%A9gia-Corporativa-da-Vale-versos.pdf>. Acessado em 17 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ. Plano Diretor de Muriaé 2018-2028. 2018. Disponível em <https://muriae.mg.gov.br/plano-diretor-2018-2028/>. Acesso em 17/06/2020.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA CBA PROMOVE RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE ESCOLAR DA ZONA DA MATA. Associação brasileira de comunicação empresarial, 2018. Disponível em: <http://www.aberje.com.br/projeto-de-educacao-ambiental-da-cba-promove-relacionamento-com-a-comunidade-escolar-da-zona-da-mata/>. Acesso em 20/06/2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, R. S. P., MILANEZ, B. Estratégias corporativas no setor extrativo: uma agenda de pesquisa para as Ciências Sociais. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, 5(1), 01-26, 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/apl-de-opalas/>. Acesso em 17 de junho de 2020.

SILVEIRA, M. L.. Los territorios corporativos de la globalización. **Geograficando**, v.3, n.3, p.13-26, 2008. Disponível em:

http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.3665/pr.3665.pdf. Acesso em: 20/05/2019.

VALOR. CBA fez mudanças para voltar ao lucro. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5512493/cba-fez-mudancas-para-voltar-ao-lucro>. Acesso em 09/05/2019. **VOTORANTIM. Relatório Anual. 2018.** Disponível em http://www.votorantim.com.br/relatorioanual/files/2019.04.02_RA%20VSA_PORT_online.pdf. Acesso em 23/07/2019.

VITARELLI, C. C. A concepção de desenvolvimento sustentável na atuação de ONG's no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. Viçosa, UFV, 2005.

WANDERLEY, L. J. M. Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. Versos – Textos para Discussão. **PoEMAS**, 1(1), 1-7, 2017.